



Ecoss do VI Encontro Brasileiro de Estudos Estratégicos da UFF (EBERI VI)

Autor: Gustavo Benttenmuller

O VI Encontro de Estudos Estratégicos foi realizado no período de 21 a 25 de outubro de 2019 e organizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos da UFF (INEST), sob a direção do Professor Emérito Doutor Eurico de Lima Figueiredo, teve como tema central a República Popular da China que comemora 70 anos de sua fundação. Coube ao Professor Doutor Marcio Rocha do INEST, Coronel (RM1) da Força Aérea sua esmerada coordenação executiva.

O citado Encontro foi realizado pela primeira vez, em concomitância com o Encontro Regional (ERABED III) da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)

O Comitê Científico foi composto por representantes da Escola de Guerra Naval (EGN), Ministério de Relações Exteriores (MRE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC/RIO), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), Escola Superior de Guerra (ESG), Universidade da Força Aérea (UNIFA) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), destacando-se o Almirante de Esquadra (RM1 - FN) Doutor Álvaro Augusto Dias Monteiro, diretor do Centro de Estudos Políticos e Estratégicos da EGN e o Embaixador Alexandre Addor Neto (MRE)

Na abertura fez uso da palavra o Diretor do INEST, Professor Eurico e o Diretor da Escola Superior de Guerra (ESG) Almirante de Esquadra Alípio Jorge Rodrigues da Silva.

Foram realizadas as seguintes Mesas Redondas das quais participamos:

- Significado e objetivos políticos e econômicos da China (Belt and Road Initiative);
- A Ascensão e o Protagonismo da China no Século XXI;
- O comércio e os investimentos chineses na atualidade: objetivos e resultados
- O conflito pelo domínio do Mar do Sul da China: a questão geopolítica e a visão do Poder Naval.

Foram ainda realizados 16 Grupos de Trabalho e 4 Minicursos.

Participamos dos Grupos de Trabalho:

- Políticas Públicas de Defesa; e
- Temas Multidisciplinares.

1 – Síntese das Apresentações das Mesas Redondas:

1.1 - Objetivos Políticos da China:

a) Geral:

O objetivo fundamental de Xi Jinping desde que chegou ao poder foi alcançar a hegemonia da China na Ásia Oriental em todos os campos: econômico, financeiro, diplomático, político e



militar. A consolidação de seu poder regional deve ser o ponto de partida para sua expansão internacional

b) Específicos

I) – Influência Global - consolidar a sua influência global, ser um meio de recurso (oferta de financiamento) contra a hegemonia dos EUA, isolar diplomaticamente Taiwan, integrar-se em organizações multilaterais – a China tem (como muitos outros países) um estatuto de observador na Organização dos Estados Americanos (OEA) e é membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento...

II) - Geoeconômico: ampliar seu controle de recursos minerais, energéticos e agrícolas em todo o mundo, encontrar novos mercados para seus produtos industriais, investir em infraestruturas... O caso da Bolívia é neste sentido ilustrativo: a China instalou recentemente uma usina hidrelétrica na província de Cochabamba. Além disso, participa da construção de usinas de açúcar, minas de potássio, siderúrgicas, estradas, bem como na modernização do sistema de segurança pública e telecomunicações. Cobiça uma das maiores reservas de lítio do mundo.

III) - Geoestratégico: fazer-se presente no continente americano. Por exemplo:

- quando enviou um contingente para o Haiti no âmbito das operações da ONU; e
- Aquisição de uma base extraterritorial na Patagônia (Argentina) cujo objetivo oficial consiste em preparar o envio de um módulo que ficará na face oculta da Lua – administrado pelo exército, permitirá a Pequim vigiar o Hemisfério Sul, uma valiosa primícia.

1.2 - Expansão Internacional

Xi Jinping mudou as concepções estratégicas defensivas da era Maoísta, alicerçadas no exército terrestre e na capacidade de mobilização popular. Agora eles se tornaram ofensivos por meio da sua força naval, para garantir sua presença marítima no mundo e o acesso seguro aos Oceanos Pacífico e Índico. Os estreitos de saída para o oceano estão sob a estrita vigilância dos Estados Unidos.

Diferentemente do Brasil que assegurou a ampliação de suas águas jurisdicionais apresentando à ONU o levantamento hercúleo realizado de seus recursos minerais e de sua fauna marítima nessa área, para ter o reconhecimento do direito de explorá-las, a China tem procurado construir ilhas artificiais, estabelecer bases militares nelas e realizar acordos econômicos com os países interessados para consolidar seu domínio.

O espaço marítimo chamado Mar da China é, portanto, vital para Pequim. Uma das primeiras decisões estratégicas de Xi Jinping foi assumir o controle de sua parte meridional, declarando que se trata de um mar interior sob autoridade chinesa desdobrada em três etapas:

- **Primeira etapa** - a fase da conquista, aproveitando-se da paralisia de Barack Obama conseguiu usar todos os recursos disponíveis para atrair e/ou neutralizar países que fazem fronteira com o mar do Sul da China: poder militar esmagador, dependência econômica objetiva, incentivos financeiros, influência política usando o modelo de desenvolvimento capitalista dirigista e autoritário conveniente a vários regimes da região.



Pequim construiu sete ilhas artificiais que atualmente abrigam instalações importantes (pistas de pouso, baterias de mísseis terra ar e antinavio, hangares fortificados, radares, sistema de distorção de comunicações...). Juntos, constituem um complexo coerente que controla todas as abordagens de todos os pontos cardeais

A militarização do mar do Sul da China é uma realidade, mas não pode proibir a passagem da Sétima Frota norte-americana e bloquear o trânsito internacional. E, no entanto, Washington tampouco pode reverter a presença chinesa sem lançar um conflito de alta voltagem.

A China utiliza-se da tese histórica de sua civilização milenar que possuía o domínio desses territórios que na época não ocupou e, portanto, perdeu o direito de domínio. Assim reivindicou posses históricas mais ao norte, contestando de maneira muito ativa o controle exercido pelo Japão sobre o pequeno arquipélago de Senkaku/Diaoyu (com o transporte para a área de navios e aviões, a criação de zonas de exclusão aérea ...), a fim de pôr à prova ao mesmo tempo os meios de resistência de Tóquio e a determinação dos EUA.

Trump usando a questão norte-coreana de ameaça de intervenção (incluindo nuclear), implantou baterias anti-míssil THAAD na Coreia do Sul, neutralizando a parte principal do dispositivo nuclear implantado na China continental e reforçou com a Sétima Frota e o uso da base de Jeju no sul da península. A China então recuou no terreno militar dessa parte do Pacífico Norte. A China tem sido marginalizada por muito tempo, política e diplomaticamente, em relação à crise coreana, que foi administrada entre Washington, Pyongyang e Seul.

- **Segunda etapa – Rota da Seda** - O novo projeto da Rota da Seda foi apresentado em 2005, mas começou a ser implementado apenas recentemente e consiste numa via terrestre (a Rota) que comunicará a China com a Europa através da Ásia continental e uma via marítima (o Cinturão) que começa no sudeste da Ásia para chegar à África Oriental e ao Magreb. Seis corredores regionais permitirão conectar mais países a esses dois eixos principais.

Trata-se de desenvolver um conjunto de infraestruturas, multiplicar investimentos, abrir mercados para setores industriais que experimentam superprodução em nível nacional (cimento, aço) e empregando mão-de-obra excedente (usado em canteiros de obras em todo o mundo), abrir e melhorar os canais de comunicação, bem como reforçar a influência política e cultural do poder chinês. Em síntese o objetivo é contribuir para tornar a China um centro mundial de referência civilizatória, alternativa aos Estados Unidos.

Considerações geoeconômicas e geoestratégicas estão na base dessa política de expansão multidimensional. Para Pequim se trata de assegurar seus suprimentos de matérias-primas e reduzir o custo de transporte, como mostra, no que diz respeito aos produtos petrolíferos no Médio Oriente, a construção do gigantesco porto sino-paquistanês de Gwadar; de penetrar melhor em mercados dominados, de acordo com o lugar, pelo Japão ou pela Coreia do Sul, pela Rússia ou pelos EUA; de multiplicar as passarelas que evitem o Estreito de Malaca, que poderia ser bloqueado em uma situação de crise aguda com Washington, para Bangladesh, Birmânia e Paquistão... Os investimentos cobrem todos os setores (do turismo à mineração, da eletrônica à energia solar), a criação de parques industriais e áreas portuárias, grandes obras públicas (ferrovias, pontes, túneis, barragens) ou equipamento de energia (oleodutos e gasodutos, usinas de energia, usinas eólicas...).



Do ponto de vista financeiro, o projeto custaria 800 bilhões de euros, que seriam auferidos graças à criação do Novo Banco de Desenvolvimento, do Fundo da Rota da Seda e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII). A China coloca a mão no bolso para contribuir com o projeto, mas não deixa de convidar outros países a investir nele. Apesar da oposição declarada dos EUA, países como Alemanha, Austrália, França e Reino Unido, em particular, responderam positivamente ao chamado. Os países ricos não querem perder o bolo, e os países pobres não têm escolha senão participar, porque para eles é uma oportunidade única de começar seu desenvolvimento, mesmo sob o risco de subordinação.

A China é o primeiro parceiro comercial da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Sua influência é predominante no Laos e Camboja, considerável na bacia do Mekong, incluindo a Tailândia, onde a linha ferroviária que vai de Kunming (na província de Yunan) a Cingapura é construída. E efetivamente controla um número crescente de portos na Birmânia, Bangladesh, Sri Lanka, Paquistão, Maldivas, Omã...

Além disso, está previsto que a nova Rota da Seda chegará na Europa Ocidental, a Veneza e Roterdã; aquisições e implementações são realizadas até na França, Grã-Bretanha, Suíça, Itália, Portugal e Grécia (o porto de Pireu!)... Um trem de carga que parte de Yiwu, localizado no sul de Xangai, passa por mais de 12.000 quilômetros para ligar diretamente a China a 32 cidades europeias, incluindo Londres, Madrid, Kavala (Finlândia), Duisburg (Alemanha) e Lyon (França). É mais barato que o avião e mais rápido que o navio...

Na maioria dos países da Europa Oriental, grandes investimentos já foram feitos ou estão sendo negociados. Na Ásia Central, a rota terrestre passa pelo Cazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão e Azerbaijão. Uma associação, lançada em 2012, continua a ser reforçada: o formato 16 + 1 entre a China e 16 países da Europa Central e Oriental: Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Albânia e Macedônia. No Oriente Médio e Norte da África, o cinturão leva a Djibuti, Etiópia, Egito, Argélia e Marrocos; atualmente, acordos reforçados estão sendo negociados com o Irã sob o embargo dos EUA. Em novembro de 2017, foi assinado um acordo entre a China e o Panamá, o último aderente a este projeto da Rota da Seda, criando formalmente o terceiro ramo marítimo dessa iniciativa.

Tal esforço de expansão mundial concentrado em um período tão limitado de tempo não tem precedentes. Seu custo social, cultural e ecológico será, como é temido, considerável, tanto quanto os riscos econômicos e financeiros, agravados pelas mudanças políticas: possíveis mudanças em alianças entre governos nacionais, operações realizadas em zonas de conflito, como as fronteiras do Himalaia (da Caxemira a Arunachal Pradesh) ou o Oriente Médio, contraofensiva de potências concorrentes (como na Birmânia). O caso do porto de Gwadar é emblemático. Ele está localizado na costa do Baluchistão, no sudoeste do Paquistão, onde uma luta pela independência ocorre com vários Estados interferindo (Índia, Afeganistão...). O exército paquistanês é incapaz de proteger eficazmente seus próprios quartéis dos ataques do Taleban; por mais que sua influência acabe predominando no Paquistão, Pequim não pode contar com um Estado falido para garantir a segurança de seus investimentos estratégicos...

• Terceira Etapa – Ser uma potência mundial

O exército chinês é o segundo mais poderoso do mundo em quantidade. A experiência real de seu pessoal e seu material são muito limitados. Países menores, como a França, podem ter uma



bagagem (operações de infiltração e comando) ou tecnologias de ponta (como a projeção e a nave de comando da classe Mistral) que a China não possui. Em grande parte, suplanta a Rússia em termos da frota oceânica estratégica de submarinos que não é fácil de operar...

1.2.1 - Implantação militar

Sua capacidade naval é continuamente reforçada e acelerada. Pequim multiplica os acordos pelos quais seus navios de guerra estão autorizados a atracar em portos estrangeiros (para fins de abastecimento, reparo, etc.). É um participante importante nas operações de manutenção da paz da ONU com 35.000 soldados (número de 2015), o que é uma implantação suave. Realiza suas próprias manobras para evacuar seus cidadãos em áreas de crise, como no Iêmen.

Essa expansão militar tem como foco a base do Djibuti, projetada para receber 10.000 soldados. Pequim obteve este contrato em troca do financiamento da construção de uma zona franca industrial e de uma linha férrea que liga o porto internacional de Doraleh a Adis Adeba, a capital etíope. A importância estratégica do Djibuti é considerável (razão pela qual este território também abriga outras duas bases, americana e francesa). Ela está localizada próximo a uma das rotas marítimas mais frequentadas do mundo e é uma plataforma comercial para promover a penetração de produtos chineses na África subsaariana, no Oriente Médio e no norte da África. Consta que há planos de implementação de dezoito bases militares chinesas no exterior.

1.2.2 - Conflitos de influência

A expansão global da China faz com que ela concorra diretamente, em suas respectivas áreas de influência, com todas as potências existentes: a Rússia na Ásia Central e na Bielorrússia, a Índia no Sul da Ásia, os EUA na América Latina, os europeus em sua própria casa e o mundo todo na África.

Ártico: A China está procurando maneiras de participar da abertura das estradas polares, que são acessíveis devido às mudanças climáticas e à exploração de recursos que até agora eram inacessíveis.

África: A China colocou-se à frente da competição geral pelo controle das riquezas africanas (especialmente no Congo), a tal ponto que hoje já se fala em “Chináfrica”, parodiando o termo famoso “Françafrika”, embora com uma diferença de profundidade: sua influência não se limita a uma área tradicional de influência, como é o caso da França.

Ásia Central: Moscou e Pequim podem formar uma frente comum contra os EUA ou a União Europeia. A Organização de Cooperação de Xangai (OCX), fundada em 2001, oferece um quadro permanente de alianças em matéria de segurança, influente na Ásia Central, no Afeganistão e no Oriente Médio. Assim, em 8 de junho, uma cúpula aconteceu entre Moscou, Pequim e Teerã. No entanto, à medida que a penetração chinesa avança em direção à periferia da Rússia, o conflito latente se tornará estrutural. Hoje, ela está particularmente focada na construção de oleodutos e gasodutos e, portanto, no controle da riqueza petrolífera da região.

Região do Indo-Pacífico: novas alianças aparecem para contrabalancear a ascensão da China, como o Quad (Quadrilateral Security Dialogue), criado em novembro de 2017 pelos Estados Unidos, Austrália, Japão e Índia, que cobre o teatro de operações indo-pacíficas (em sobreposição ao teatro de operações do Pacífico Norte).



América Latina: É provável que a China não considere alcançar na América Latina uma hegemonia semelhante à que busca na África ou em grande parte da Ásia. No entanto, desde meados dos anos 2000, visa alcançar objetivos econômicos muito importantes.

2 - Objetivos Econômicos

A China é atualmente o principal parceiro comercial das maiores economias da América do Sul: Argentina, Brasil, Chile, Peru e Venezuela. Esses países exportam para a China principalmente matérias-primas como cobre, minério de ferro, petróleo, soja e petróleo. Frequentemente concede a eles um crédito quase ilimitado para a importação de produtos chineses. Um dos maiores projetos em andamento (de US \$ 50 bilhões) é a construção na Nicarágua, por uma empresa chinesa, de um novo canal interoceânico que concorrerá diretamente com o do Panamá, nas proximidades do qual inúmeras empresas norte-americanas investiram (infraestruturas portuárias, etc.).

O secretário de Estado dos EUA, na época, Rex Tillerson, aconselhou os países latino-americanos, em fevereiro de 2018, a evitar a dependência excessiva das relações comerciais com a China, afirmando que a região não precisava se colocar nas mãos de um novo império (como se o império americano, por outro lado, fosse tomado como encerrado).

2.1 - Trunfos chineses na guerra econômica

Trump prefere o bilateralismo (que ele espera que favoreça sempre os EUA) em vez do multilateralismo (o que implica a negociação de regras comuns entre os poderosos). Ele pode esvaziar o conteúdo das estruturas de coletivização inter imperialista ou reduzir sua eficácia. Ele pode incitar os impulsos de outros, inclusive a lançar guerras comerciais, adotar medidas protecionistas e provocar outras respostas (pela UE ou pela China). No entanto, ela se choca com um problema de calibre: a globalização capitalista, a organização mundial de cadeias de produção e de valor e a financeirização são um fato, não apenas uma política. Um fato ao qual grande parte da economia americana foi integrada.

A China tem suas próprias contradições, mas, nesse contexto, tem duas vantagens principais: seu modo de expansão internacional ao velho estilo, pilotado pelo Estado, e a grande importância que sua economia tem para os outros. Se a China fecha as portas do novo Império Central a algum país, este sofreria consequências desastrosas – e Xi Jinping pode efetivamente fechá-las.

Naturalmente, não é por isso que a China deixa de estar imersa no mundo capitalista tal como ele é e as fortunas chinesas saborearam alegremente as delícias da especulação e dos paraísos fiscais; muitas famílias chinesas de alta posição estabelecem-se em países ocidentais (inclusive adquirindo a nacionalidade deles, renegando um pouco do patriotismo). Xi Jinping responde a essas mudanças, reforçando o controle sobre todas as alavancas disponíveis, incluindo a determinação da taxa de câmbio do yuan ou a implementação de um sistema maciço de monitoramento e controle social que também cobre empresas estrangeiras, e não apenas para os nacionais... Pequim conta, portanto, com importantes meios de resposta nos conflitos comerciais em curso.

A primeira rodada do confronto comercial entre Trump e Xi parece ter favorecido a China, em maio, porque as concessões desta última foram muito modestas. Desde então, Pequim tem respondido ostensivamente, na mesma moeda, às medidas adotadas por Washington e usa suas relações com as bases eleitorais do presidente dos EUA. Em particular, Xi fortaleceu os laços



peçoais com os produtores de soja de Iowa, cujas exportações são afetadas pelas medidas de resposta chinesas. A UE também tenta definir instrumentos de defesa comercial que permitam lidar com o dumping de produtos chineses.

A China continua a depender de importações maciças de componentes eletrônicos. A empresa de telefonia ZTE teve que suspender a fabricação de linhas de produtos depois de ter sido sancionada por Washington por ter evitado embargos contra o Irã e a Coreia do Norte. No entanto, Pequim importa chips do Japão, Taiwan e da Coreia do Sul, não apenas dos Estados Unidos. A administração planeja fazer todo o possível para reduzir seu persistente atraso na alta tecnologia (não se sabe com que êxito). Declararam estratégica uma lista de setores de ponta, começando com a inteligência artificial e o ramo de semicondutores, também incluindo a robótica, materiais avançados e a farmácia. O número de patentes internacionais solicitadas pela China não para de aumentar. A concorrência nesse campo será provavelmente mais decisiva do que a manipulação de direitos aduaneiros.

2.2 -Incertezas, riscos financeiros e políticos: uma fase de desconsolidação?

Após um período de grande implantação, pela direita e pela esquerda, do capitalismo chinês, a liderança de Xi Jinping parece ter que parar no caminho e redefinir as prioridades. A aquisição de empresas estrangeiras ocultou operações de especulação financeira. Para garantir o acesso a empréstimos preferenciais, há investidores que se inscreveram indevidamente no programa da Rota da Seda (um parque temático na Indonésia, uma cervejaria na República Tcheca...). Existem centros administrativos de decisão que se tornaram autônomos. Os riscos financeiros não foram avaliados seriamente em muitos casos. Acima de tudo, a situação internacional está evoluindo rapidamente e o fator Trump aumenta a incerteza. Diante do aumento da influência chinesa, em um número crescente de países se erguem resistências sociais e políticas.

A Venezuela é um exemplo dos perigos que Pequim pode enfrentar. As relações entre os dois países se desenvolveram rapidamente no tempo de Chávez, quando os investimentos e empréstimos chineses se tornaram os mais importantes em toda a América Latina. Esses acordos eram amplamente centrados e amparados na garantia da produção de petróleo. Ao se libertar da dependência dos Estados Unidos, a Venezuela assumiu enormes dívidas com a China. Depois veio a queda do preço do petróleo, a crise do regime venezuelano e a ameaça de inadimplência da dívida.

Os acordos entre China e Venezuela nunca redundaram em benefícios para os dois países, mas agora podem acabar sendo prejudiciais para ambos. Pequim suspendeu investimentos importantes, reduziu seus empréstimos e muitos trabalhadores chineses retornaram a seu país (chegaram a quatrocentos mil). Sendo o principal credor, bem à frente da Rússia, a China poderia um dia exigir o controle da produção de petróleo. Se ainda não o fez, é provavelmente por razões políticas, por se arriscar muito no caso de queda do regime. O fato é que a China não demonstrou tanta paciência assim com outros países.

No Sri Lanka, em 2017, a China obteve a concessão por noventa e nove anos para a exploração do porto de Hambantota, após a incapacidade do país devedor de devolver um empréstimo de um bilhão de dólares – algo que a população local encarou como uma verdadeira ameaça à soberania nacional. As concessões de noventa e nove anos tornaram-se uma questão política muito sensível, como no caso da Nicarágua, onde a concessão concedida à China para a construção do canal interoceânico, com um custo econômico e social exorbitante, alimenta a ampla mobilização popular contra o regime de Ortega. Esse projeto anuncia a destruição de muitas comunidades rurais; também aqui há a percepção de desvio da soberania nacional.



Nos dias 9 e 10 de junho, ocorreram grandes manifestações no Vietnã contra dois projetos do governo: uma lei liberticida sobre segurança cibernética e a criação de uma zona econômica especial para o benefício da China. Entre os principais slogans figurava o seguinte: “Não ceder terra à China nem por um dia”. Já houve muitas mobilizações populares na Ásia contra o dumping de produtos chineses (Tailândia, etc.), a compra de terras e minas, a expropriação de terras agrícolas para criar zonas industriais ou zonas montanhosas para o benefício de grupos florestais industriais ou mineiros (Filipinas, etc.). Que impacto político essas mobilizações terão em regimes favoráveis a Pequim (a junta militar tailandesa, o presidente Duterte, a ditadura de Hun Sen no Camboja...)?

É provável que Pequim não se preocupe muito hoje em dia (exceto talvez na Nicarágua, onde o futuro do regime está em questão), mas as coisas mudam em relação à incerteza geopolítica, ou às dificuldades da economia nacional, como a incrível bolha imobiliária, um mercado de ações com grandes oscilações e um setor bancário paralelo que cresce rapidamente. A situação social na China é controlada, apesar da proliferação de conflitos salariais e locais. O modo de governança hipercentralizado da administração Xi agora é útil, mas amanhã pode se tornar um obstáculo.

3 – Conclusão

O acesso da China à posição de segunda potência mundial é um fato. No entanto, não se pode simplesmente projetar as tendências recentes no futuro. A geopolítica chinesa está em uma fase de adaptação cheia de incertezas, e não simplesmente de consolidação e expansão linear.

A ordem mundial liberal baseada em regras estabelecidas pelos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial está sendo contestada e posta em xeque, principalmente pela ascensão da China e a formação de novos polos de poder. Neste cenário, a China se coloca como um potencial candidato à superpotência internacional, embora ainda esteja longe de alcançar os EUA, percebe-se uma maior assertividade deste país em relação aos seus interesses.

A maior aproximação da China com a Rússia nos últimos anos pode ser entendida como uma forma de contrabalançar o poderio estadunidense e diminuir a distância de poder existente entre esses três países.

Percebe-se hoje a tripolaridade do poder formada pelos EUA, Rússia e China, substituindo a hegemonia anterior dos EUA.

O Brasil pertencente aos BRICS tem lições a aprender com a China por algumas similaridades constatadas.